

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A <u>Refinaria de Petróleos de Manguinhos – "Em recuperação judicial"</u> é uma Sociedade de capital aberto, que tem por objetos sociais: (i) exploração, no Estado do Rio de Janeiro, de uma refinaria de petróleos e de outras indústrias conexas ou independentes, desde que não obstadas por ato do Governo Federal; (ii) importação de petróleos crus, venda de derivados de petróleos no País e sua exportação, quando autorizada; (iii) prestação de serviços relacionados com a atividade de refino; e (iv) armazém geral.

Mudanças no contexto atual dos negócios.

O impacto do "decreto de desapropriação" e do pedido de "Recuperação Judicial" continua sendo sentido no contexto dos negócios da Companhia, levando a uma revisão das perspectivas futuras e, consequentemente, a uma redução do ritmo dos investimentos que ocorreram nos anos de 2011 e 2012.

A capacidade de a Companhia investir seus recursos disponíveis ficou limitada em função da redução das receitas operacionais que eram esperadas no futuro devido aos efeito da desapropriação, que incluem severas dificuldade de acesso a crédito, redução da produção e consequente diminuição do faturamento, o que impõe significativos desafios para satisfazer a necessidade de caixa para cumprir suas obrigações em moeda nacional e estrangeira no curto prazo. Por diversas razões, incluindo o ambiente político e econômico atual do Brasil, a **Refinaria de Petróleos de Manquinhos – "Em recuperação judicial"** não tem conseguido obter acesso a outras fontes de financiamento disponíveis o que, de qualquer forma, seria insuficiente para o pleno reestabelecimento do ritmo de investimentos experimentado no passado.



2. <u>APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)</u>

As demonstrações contábeis incluem:

Informações contábeis consolidadas

As informações trimestrais consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo <u>International Accounting Standards Board - IASB</u> e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Informações contábeis individuais

- As informações trimestrais individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários CVM.
- Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS.

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de políticas contábeis.

As Informações Trimestrais de 30 de junho de 2016 foram aprovadas e sua divulgação foi autorizada pela Administração em **12 de agosto de 2016.**



2.1. <u>Demonstração do valor adicionado</u>

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08 e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da **REFINARIA DE PETRÓLEO DE MANGUINHOS S.A**, - "Em Recuperação judicial" e de suas controladas no Brasil é o real.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis apresentadas a seguir foram aplicadas na preparação das informações anuais da controladora e consolidadas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Princípios de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais, do resultado e do fluxo de caixa corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas e suas correspondentes mutações ou variações, segundo a sua natureza, complementada pelas seguintes eliminações:

- Das participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das sociedades controladas;
- Dos saldos de contas correntes e outras integrantes do ativo e passivo mantidos entre as sociedades, cujos balanços foram consolidados;

(a) <u>Controladas</u>

Controladas são todas as Sociedades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos diretos a voto (capital votante).



As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que ocorre a transferência de controle acionário.

Em 30 de junho de 2016 e de 31 de dezembro de 2015 as demonstrações contábeis consolidadas compreendem as informações contábeis da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. – "Em Recuperação Judicial" e das controladas:

Empresas	Participação no capital
Manguinhos Distribuidora S.A. – Em Recuperação Judicial.	99,04%
Manguinhos Química S.A. – Em Recuperação Judicial. (*)	100,00%
Gasdiesel Distrib. de Petróleo Ltda. – Em Recuperação Judicial.	1,00%

(*) Empresa com atividade operacional paralisada.

3.2 Reconhecimento da receita

As receitas com vendas representam o valor justo recebido ou a receber pela venda de produtos ou serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta, sendo que os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são reconhecidas e contabilizadas e os descontos sobre venda quando conhecidos.

(a) Venda de Produtos

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e (iii) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.



3.3. <u>Caixa e equivalentes de caixa</u>

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, com prazos de vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações.

3.4. Contas a Receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pelas vendas de produtos e serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment, se necessária.

A provisão para perdas com créditos (impairment) é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

3.5. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques "custo médio ponderado". As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando consideradas necessárias pela administração.

3.6. Outros ativos circulantes e não circulantes

Os tributos a recuperar encontram-se demonstrados pelos respectivos valores de recuperação e estão compostos substancialmente por: PIS, COFINS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, CIDE, imposto de renda e outros impostos a recuperar.



As despesas antecipadas representam principalmente despesas com seguros inerentes às operações da Companhia.

3.7. <u>Imobilizado</u>

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil fiscal de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.



3.8. <u>Fornecedores</u>

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido até o final do exercício subsequente (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longos). Caso contrário, e quando aplicável essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.9. Empréstimos e Financiamentos

Empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto, quando aplicável, pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após o término do exercício seguinte à data de encerramento do balanço das informações anuais.

3.10. Provisões para contingências

As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, manifestada pelos consultores jurídicos externos da Companhia.

3.11. Outros passivos circulantes e não circulante

Outros passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva.



3.12. Provisão para recuperação dos ativos de vida longa

Ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm sua recuperação testada sempre que há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após reconhecimento inicial dos ativos e desde que aquele evento (ou eventos) tenha um impacto, estimável com confiabilidade, nos fluxos de caixa futuros do ativo. Os ativos sujeitos à depreciação ou à amortização têm seu valor de recuperação revisado pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados.

Os ativos são agrupados e avaliados segundo possível recuperação com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou circunstâncias. Nesse caso, as perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

Estimativas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados quanto (b) requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos e complexos por parte da administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tem impacto sobre questões inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.



As seguintes estimativas, derivadas de experiência histórica e de vários outros fatores que a administração julga como razoáveis e relevantes, sob certas circunstâncias, foram classificadas como sendo as de maior complexidade quando da preparação dessas informações anuais:

4.1. <u>Provisões para perdas com créditos (Impairment)</u>

Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

4.2. Vida útil dos ativos de longa vida

A depreciação ou amortização dos ativos de longa vida considera melhor estimativa da administração sobre a utilização dos ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Uma das principais responsabilidades da administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma política global, das exposições aos riscos de crédito e de liquidez. Nesse contexto, a Companhia mantém operações financeiras, cujos riscos são administrados por meio de estratégias e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos.

5.1 Riscos de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.



A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes e o rating de crédito é revisto regularmente.

6. <u>CONTAS A RECEBER.</u>

	Contro	ladora	Consolidado		
Descrição	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	
<u>Clientes</u>					
Terceiros	35.686	25.352	36.033	28.199	
Partes Relacionadas (nota 11)	34.484	35.429	18.245	19.190	
Duplicatas Descontadas			(60)	(98)	
	70.170	60.781	54.218	47.291	
(-) Perdas em créditos de liquidação duvidosa					
Terceiros	(1.454)	(1.454)	(1.581)	(3.750)	
Partes Relacionadas (nota 11)	(16.239)	(16.239)			
	(17.693)	(17.693)	(1.581)	(3.750)	
Circulante	52.477	43.088	52.637	43.541	

6.1. <u>Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa</u>

	Contro	Controladora			
Descrição	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	
Saldo inicial	(17.693)	(17.521)	(3.750)	(3.390)	
Adições	-	(1.454)	-	(1.702)	
Reversões	_	1.282	2.169	1.342	
Circulante	(17.693)	(17.693)	(1.581)	(3.750)	



A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída para créditos de difícil realização e de acordo com avaliação da Administração da Companhia é suficiente para cobertura de eventuais perdas.

6.2. Contas a receber por idade de vencimento

	Contro	ladora	Consolidado		
Descrição	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	
A vencer	52.476	37.298	52.636	37.621	
Vencidos até 30 dias	-	5.790	-	5.950	
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	-	68	
Vencidos de 61 a 90 dias	-	-	-	-	
Vencidos acima de 91 dias	17.694	17.693	1.642	3.750	
Circulante	70.170	60.781	54.278	47.389	

7. <u>ESTOQUES</u>

	Contro	ladora	Consolidado		
Descrição	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	
Matéria-prima (ii)	24.769	7.094	24.769	7.094	
Estoque próprio em poder de terceiros (i)	15.506	1.295	15.557	1.287	
Produtos acabados	4.464	3.736	13.314	12.607	
Almoxarifado de manutenção	1	1	1	1	
Remessa para Industrialização		12.166		12.166	
Circulante	44.740	24.292	53.641	33.155	

- (i) Referem-se aos estoques de matéria prima armazenados em depósitos de terceiros.
- (ii) Representado basicamente por CONDENSADO e AROMATICO PESADO, que foram utilizados em sua grande maioria na produção de Julho.



Existem estoques de terceiros em poder da Companhia, cujo montante consolidado em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 110.318 mil e R\$ 22.357 mil, respectivamente.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Contro	ladora	Consolidado		
Descrição	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	
ICMS a Recuperar	104	3.604	153	3.633	
CIDE a Recuperar	-	1.165	-	1.165	
PIS s/ Insumos (a)	-	-	1.734	1.707	
Cofins s/ Insumos (a)	-	-	7.979	7.855	
Outros	8	3	8	3	
Circulante	112	4.772	9.874	14.363	

(a) Refere-se, basicamente a créditos na aquisição de Álcool Anidro e Álcool Hidratado.

9. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	Contro	ladora	Consolidado		
Descrição	30.06.2016 31.12.2015		30.06.2016	31.12.2015	
Outros valores a receber (i)	6.520	44.010	6.691	44.679	
Títulos a receber - Precatório	11.556	23.436	11.556	23.436	
Circulante	18.076	67.446	18.247	68.115	

(i) Refere-se à administração do fluxo de caixa das operações referentes a contas a pagar e a receber e gerenciamento de saídas e entradas de recursos da Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A. – "Em Recuperação Judicial" e suas controladas.



10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Contro	ladora	Consolidado		
Descrição	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	
World Fuel Services (i)	-	-	2.559	2.559	
AML Logística S.A.	1.943	3.287	1.943	3.287	
Dax Oil Refino S.A. (ii)	66.212	-	66.212	-	
Jambo Consultoria e Intermediação (iii)	3.658	316	3.658	316	
Task Sistemas de Computação	-	145	-	145	
FAGB Transportes Ltda.	-	-	-	16	
AZ Solutio Comercio Internacional (iv)	9.560	1.164	9.560	1.164	
SL Alves de Oliveira Mecanica Itda-ME	-	120	-	120	
Usina Santa Fé Wuxi Qianhan Imp. And.Exp. Com. Ltda.	-	-	1	89	
(ii)	4.735	-	4.735	-	
Rayon Energy LP (ii)	19.595	-	19.595	-	
Marcelo Nobre Soc. De Advogados.	1.126		1.126		
Outros (-) Provisão para Credito de Liquidação	873	576	1.012	895	
Duvidosa	(305)	(305)	(3.179)	(2.990)	
Circulante	107.397	5.303	107.222	5.601	

- (i) Refere-se a adiantamento para aquisição de álcool anidro, ao qual vem sendo discutido judicialmente.
- (ii) Refere-se adiantamento concedido para aquisição de matéria prima recebida em julho de 2016.
- (iii) Refere-se adiantamento para aquisição de créditos de precatórios.
- (iv) Refere-se adiantamento para desembaraço e nacionalização dos produtos importados.

10.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PERDAS EM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Contro	Controladora			
Descrição	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	
Saldo inicial	(305)	(700)	(2.990)	(3.343)	
Adições	-	(305)	(315)	(347)	
Reversões		700	126	700	
Circulante Alterar	(305)	(305)	(3.179)	(2.990)	



11. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com partes relacionadas decorrem de compras e prestação de serviços, bem como fornecimento de derivados de petróleo efetuados em condições semelhantes em termo de preços e prazos de liquidação e transferência de créditos.

			-	-	C	ONTROLADORA	
	Co	ontas a Receber		Empréstimos	Receita		
Descrição	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	
Sociedades incluídas na consolidação							
Manguinhos Distribuidora S.A Em Recuperação Judicial	15.992	15.992	41.558	41.558	-	-	
Manguinhos Química S.A - Em Recuperação Judicial	247	247					
Total de controladas	16.239	16.239	41.558	41.558		_	
			CO	ONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Estoque	Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC		ro Adiantamento Para Fu		
Descrição	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	
Sociedades incluídas na consolidação							
Manguinhos Distribuidora S.A Em Recuperação Judicial	371	309	7.002	7.002	-	-	
Gasdiesel Dist.de Petróleo Ltda Em Recuperação Judicial					6.177	6.177	
Total de controladas	371	309	7.002	7.002	6.177	6.177	



As empresas FERA LUBRIFICANTE LTDA., YIELD FINANCIAL SERVICES S/A, ANDRADE E PERONI ADVOGADOS ASSOCIADOS e MARTINEZ, ANDRADE e CESNIK ADVOGADOS ASSOCIADOS, são consideradas parte relacionadas nos Termos da Deliberação 642/2010 ainda que não façam parte do mesmo grupo econômico da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. – "Em Recuperação Judicial" e de suas subsidiárias.

12. <u>INVESTIMENTOS</u>

As participações diretas da Companhia estão demonstradas abaixo:

							HIROLADORA
Empresas Controladas	Capital Social	Passivo a Descoberto	Resultado do Exercício	% de Participação	Equivalência Patrimonial	30.06.2016 31.12.2015 Valor do Investimento	
	<u> </u>	2000000.00	<u> </u>	. u. t.e.puyue	- accinional	14.0. 40 2	
Manguinhos Distribuidora S.A. – Em Recuperação Judicial	120.548	(126.393)	(1.328)	99,04%	(2.396)	(126.393)	(123.998)
Manguinhos Química S.A. – Em Recuperação Judicial	5.749	(14.762)	(22)	100,00%	(112)	(14.762)	(14.649)
Gasdiesel Distrib. de Petróleo Ltda. – Em Recuperação Judicial	4.500	(22.356)	(196)	1,00%	(4)	(32)	(28)
_	130.797	(163.511)	(1.546)	<u>-</u>	(2.512)	(141.187)	(138.675)

CONTROL ADORA



13. IMOBILIZADO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Compõem com segue:

CUSTO DE AQUISIÇÃO - CONTROLADORA

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equipamento Armazenamento Transferência	Móveis	Veículo	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	95.181	27.091	129.427	18.239	25.714	5.867	288	10.055	29.428	341.290
(+) Adições	-		52	606	-	23	151	51	-	883
Saldos em 30 de junho de 2016	95.181	27.091	129.479	18.845	25.714	5.890	439	10.106	29.428	342.173

DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - CONTROLADORA

Vida útil dos ativos	Terrenos	Imóveis 10 a 30	Instalações	Máquinas Equipamento	Equipamento Armazenamento Transferência	Móveis	Veículo	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total
imobilizados		anos	10 a 30 anos	6 a 8 anos	6 a 8 anos	2 a 6 anos	5 anos	1 a 3 anos		
Saldos em 31 de dezembro de 2015		(20.537)	(100.022)	(11.667)	(19.281)	(5.683)	(288)	(10.041)	(4.946)	(172.465)
(+) Adições		(572)	(5.826)	(903)	(1.037)	(60)	(151)	(14)	(587)	(9.150)
Saldos em 30 de junho de 2016		(21.109)	(105.848)	(12.570)	(20.318)	(5.743)	(439)	(10.055)	(5.533)	(181.615)



IMOBILIZADO LÍQUIDO - CONTROLADORA

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equipamento Armazenamento Transferência	Móveis	Veículo	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	95.181	6.556	29.405	6.572	6.432	184		14	24.482	168.826
Saldos em 30 de junho de 2016	95.181	5.982	23.631	6.275	5.396	147		51	23.895	160.558

CUSTO DE AQUISIÇÃO - CONSOLIDADO

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equipamento Armazenamento Transferência	Móveis	Veículo	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	103.035	28.238	130.933	19.377	26.266	6.466	377	10.476	30.562	355.730
(+) Adições	_		52	606		23	151	62		894
Saldos em 30 de junho de 2016	103.035	28.238	130.985	19.983	26.266	6.489	528	10.538	30.562	356.624



DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - CONSOLIDADO

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equipamento Armazenamento Transferência	Móveis e Utensílio	Veículos	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total
Vida útil dos ativos imobilizados Saldos em 31 de		10 a 30 anos	10 a 30 anos	6 a 8 anos	6 a 8 anos	2 a 6 anos	5 anos	1 a 3 anos		
dezembro de 2015	-	(21.681)	(101.451)	(12.799)	(19.834)	(6.282)	(377)	(10.462)	(6.077)	(178.963)
(+) Adições		(572)	(5.826)	(904)	(1.037)	(61)	(151)	(15)	(587)	(9.153)
Saldos em 30 de junho de 2016		(22.253)	(107.277)	(13.703)	(20.871)	(6.343)	(528)	(10.477)	(6.664)	(188.116)

IMOBILIZADO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equipamento Armazenamento Transferência	Móveis e Utensílio	Veículos	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	103.035	6.557	29.482	6.578	6.432	184	0	14	24.485	176.767
Saldos em 30 de junho de 2016	103.035	5.985	23.708	6.280	5.396	146	0	61	23.898	168.508



Bens dados em garantia

A Controlada Manguinhos Distribuidora S.A - Em Recuperação Judicial, Ofereceu como garantia a renegociação e assunção do empréstimo da Refinaria de Petróleos de Manguinhos junto ao **Banco Industrial e Comercial S.A. - BICBANCO**, Terreno situado na Avenida Monroe no município de Duque de Caxias, Estado do RJ, com 15.329 m2 e construção de uma base de distribuição de petróleo.

14. <u>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</u>

	Contro	ladora	Consolidado		
Descrição	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	
Empréstimos e Financiamentos Bancários (nota 14.1)	3.893	3.177	17.634	24.746	
Empréstimos com Pessoa Jurídica			1.567	1.567	
Circulante	3.893	3.177	19.201	26.313	
	Contro	ladora	Conso	olidado	
Descrição	Contro 30.06.2016	ladora 31.12.2015	Consc 30.06.2016	31.12.2015	
Descrição Empréstimos e Financiamentos Bancários (nota 14.1)					
Empréstimos e Financiamentos Bancários	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	
Empréstimos e Financiamentos Bancários (nota 14.1)	30.06.2016 6.691	31.12.2015 6.691	30.06.2016	31.12.2015	



14.1. COMPOSIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS

	Contro	ladora	Consolidado		
Descrição	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	
Agro Brasil e Precatórios Fundo de					
Investimento em Direitos Creditórios Não	2.002	2 177	2.002	2 177	
padronizados ("Fundo Agro") (i)	3.893	3.177	3.893	3.177	
Banco Banrisul (ii)	-	-	4 755	6.257	
Banco Melrose Sofisa	-	-	4.755	4.755	
Banco BVA	-	-	2.064	2.064	
BIC Banco	-	-	2.610	2.610	
Banco Credimix (ii) Banco Intermedium	-	-	1.626	1.565 1.626	
	-	-	1.020	1.026	
Banco Daycoval Banco Cédula	-	-	826	1.047 826	
Banco Safra	-	-	614	614	
	-	_	196		
Banco Opinião Outros	-	-	196	196	
				9	
Circulante	3.893	3.177	17.634	24.746	
	Comtrue	la dava	Compa	دانط می ا	
	Contro			olidado	
Descrição	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	
Agro Brasil e Precatórios Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não					
padronizados ("Fundo Agro") (i)	6.691	6.691	6.691	6.691	
Banco Banrisul (ii)	-	-	-	6.730	
Banco Melrose Sofisa	-	-	2.830	2.830	
Banco BVA	-	-	1.380	1.380	
BIC Banco	-	-	626	626	
Banco Credimix (ii)	-	-	-	1.097	
Banco Daycoval			352	352	
Não Circulante	6.691	6.691	11.879	19.706	

- (i) Em 03 de novembro de 2011 o Banco KDB do Brasil S.A. ('Banco KDB") transferiu eletronicamente a cédula de crédito ao Agro Brasil e Precatórios Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não padronizados ('Fundo Agro"), por meio do sistema de negociações da CETIP S.A. PIERCADOS ORGANIZADOS.
- (ii) Os empréstimos bancários com o Banco Banrisul e Banco Creditimix foram transferidos pelas referidas instituições através de instrumento particular de cessão e aquisição de créditos e outras avenças para a empresa Rodopetro Distribuidora de Petróleo Ltda.



15. IMPOSTOS E TAXAS A RECOLHER

Descrição	Contro	ladora	Consolidado		
Estadual	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	
ICMS ST a Recolher	622.241	388.998	630.587	397.345	
ICMS a Recolher	330.388	294.669	331.991	296.344	
Federal	952.629	683.667	962.578	693.689	
CIDE a Recolher	47.728	28.415	47.728	28.415	
PIS e COFINS a Recolher	84.040	54.316	85.067	55.112	
Contribuições Sociais a Recolher	4.006	4.193	4.281	4.459	
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	1.992	1.926	2.459	2.375	
REFIS Federal (a)	14.202	14.202	14.301	14.301	
Imposto de Renda e CSLL a Recolher	28.935	26.302	28.980	26.434	
Parcelamento ANP (b)	600	600	719	719	
Parcelamento CVM	271	-	271	-	
Outros	36	36	265	49	
Municipal	181.810	129.990	184.071	131.864	
ISS	251	247	272	266	
	251	247	272	266	
Circulante	1.134.690	813.904	1.146.921	825.819	
	Contro	ladora	Consolidado		
Descrição	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	
Parcelamentos - ANP(b)	1.506	1.807	1.790	2.150	
Parcelamentos - CVM	864	-	864	-	
Refis Federal (a)	29.388	29.388	29.551	29.551	
Impostos Diferidos (c)	43.940	46.461	48.748	51.249	
Atualização Monetária	20.452	20.452	20.452	20.452	
Outros Parcelamentos			528	682	
Não Circulante	96.150	98.108	101.933	104.084	



A Companhia desde a publicação do Decreto do Governador do Estado do Rio de Janeiro passou a enfrentar dificuldades operacionais, quanto ao não cumprimento de algumas obrigações que levaram a solicitar recuperação judicial. Nesse sentido a Administração da Companhia através de seus assessores jurídicos no intuito de resguardar os direitos dos acionistas, vem trabalhando na reversão dos fatos acima e também na reparação das perdas / prejuízos ocasionados. Através do processo - Ação Indenizatória nº 0420150-07.2015.8.19.0001 – 2ª Vara de Fazenda Pública e Processo de anulação do decreto de desapropriação no STF nº ACO 2162/SP.

(a) <u>Programa de recuperação Fiscal - Parcelamento Especial (Lei nº11.</u> 941/2009)

O Parcelamento Especial instituído pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS 4) é um regime especial de regularização dos débitos de qualquer natureza junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através de pagamentos de parcelas mensais, em até 180 prestações.

Visando migrar os parcelamentos existentes anteriormente de débitos fiscais e previdenciários federais, inclusive os inscritos na dívida ativa da União, a Companhia protocolou pedido de adesão a este Novo Parcelamento em 30 de novembro de 2009 junto aos órgãos acima mencionados, que proporcionou o benefício da Lei em reduzir multas e juros com a compensação de prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de contribuição social, apuradas e permitidas na forma da lei.

Outras Informações

Segundo o inciso I do art. 11. da Lei nº 11.941/2009, a homologação da opção pelo Novo Parcelamento independe de apresentação de garantia ou arrolamento de bens, mantidas aquelas decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamento ou de execução fiscal. No caso da Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A, não existem garantias prestadas ou bens arrolados.



(b) Parcelamento ANP

Parcelamentos celebrados no exercício de 2015 em 60 parcelas, através dos Processos Administrativos 486100045040561 e 486100204050118 e auto de infração 114.110.2012.33.39.4613.

(c) Impostos Diferidos

Refere-se ao imposto de renda e contribuição social apurado pela Companhia no custo atribuído (valorização) dos bens do ativo imobilizado, cuja realização está relacionada com apuração da depreciação.

16. **FORNECEDORES**

	Control	adora	Consolidado		
Descrição	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	
FORNECEDORES – RECUPERAÇÃO JUDICIAL (i)					
Rodopetro Distribuidora de Petróleo Ltda.	-	-	4.587	4.587	
Terminal Químico de Aratu S.A EQUIMAR	1.894	1.894	1.894	1.894	
Gastroservice Refeições Ltda.	280	280	280	280	
EQUIPEMAR Engenharia e Serviços	709	709	709	709	
Land Terraplanagem Ltda.	20	20	20	20	
Metalacre Ind. Com Lacres Ltda.	17	17	17	17	
Outros	629	629	1.966	1.966	
Subtotal	3.549	3.549	9.473	9.473	
<u>FORNECEDORES</u>					
Transportes Rodoviários de Cargas MJL	201	71	201	71	
AML Logística	770	2.083	770	2.126	
Granel Químico	1	434	1	434	
Adonai Química S.A.	227	210	227	210	
Carrollton Oil	773	7.634	773	7.634	
Outros	2.331	860	3.050	1.647	
Subtotal	4.302	11.292	5.022	12.122	
Total	7.851	14.841	14.495	21.595	

(i) Fornecedores incluídos do pedido de recuperação judicial.



17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	Contro	ladora	Consolidado		
Descrição	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	
Rodopetro Distribuidora	-	2	-	252	
Posto de Gasolina Nova Primavera	-	-	-	26	
Fera Lubrificantes Ltda. (i)	-	39.049	-	39.049	
Outros		2		18	
Circulante		39.053		39.345	

(i) Adiantamento para compra de Gasolina A

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

					Controladora
	Contingências	Depósito Judicial	Compensações	Líquido	
Descrição	30.06.2016	30.06.2016	30.06.2016	30.06.2016	31.12.2015
Contingências Trabalhistas	7.030	(540)	-	6.490	6.490
Contingências Cíveis	49.340	-	-	49.340	49.340
Contingências Fiscais	716.124	(4.265)	-	711.859	712.258
Precatório (i)	566.154		(566.154)		
Não Circulante	1.338.648	(4.805)	(566.154)	767.689	768.088

					Consolidado
	Contingências	Depósito Judicial	Compensações	Líqu	ido
Descrição	30.06.2016	30.06.2016	30.06.2016	30.06.2016	31.12.2015
Contingências Trabalhistas	10.461	(545)	-	9.916	9.916
Contingências Cíveis	63.675	-	-	63.675	63.675
Contingências Fiscais	811.175	(6.439)	-	804.736	805.135
Precatório (i)	612.096		(611.796)	300	300
Não Circulante	1.497.407	(6.984)	(611.796)	878.627	879.026



- (i) A Companhia e suas controladas utilizaram precatórios durante os exercícios de 2007 a 2015 para compensação das obrigações fiscais *estaduais*. Entretanto no intuito de preservar seu patrimônio diante de uma eventual execução fiscal⁽¹⁾, passou a controlar em contas contábeis os direitos e obrigações já utilizados até sua homologação por parte das autoridades fiscais.
 - (1) Eventual execução fiscal será garantida e satisfeita com os precatórios, possibilidade esta reconhecida pelos Tribunais, conforme se verifica através da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o qual reconhece que o precatório vencido e não pago pelo Estado exeqüente equivale a dinheiro (Resp 365.095/ES, Resp 546247/DF e Embargos de divergência em Recurso Especial nº 852.425/RS).

O Grupo Manguinhos é parte envolvida em ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente na esfera tributária, que se encontra em vários estágios de julgamento. A Administração da Sociedade, de acordo com a Deliberação CVM no 489/05, adota procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- Para causas cujo desfecho negativo para a Sociedade seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Sociedade seja considerado como possível, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, e
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.



Portanto para fazer face eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, apresentadas acima líquidas de depósitos judiciais e julgadas pela Administração da Companhia e suas controladas, e por seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza e tiveram, neste trimestre, a seguinte evolução:

			Controladora
Descrição	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas
Saldos em 31 de dezembro de 2015	716.523	49.340	7.030
(+) Adições	-	-	-
(-) Reversões	-	-	-
(+/-) Transferência	-	-	-
(-) Baixas por pagamento	(399)		
Saldos em 30 de junho de 2016	716.124	49.340	7.030

		Consolidado
Tributárias	Cíveis	Trabalhistas
811.574	63.675	10.461
-	-	-
-	-	-
-	-	-
(399)	-	
811.175	63.675	10.461
	811.574 (399)	811.574 63.675 (399) -

Reclamações Trabalhistas (Controladora)

No geral, as principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra a Companhia referem-se a indenizações por acidente de trabalho e doenças ocupacionais, além de discussões que envolvem principalmente horas extras e equiparações. Em 30 de junho de 2016 existem diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nas ações trabalhistas em andamento é de aproximadamente R\$ 11.888 mil. Do valor total da contingência na esfera judicial, estima a Administração da Sociedade que (i) R\$ 7.030 mil refere-se à chance provável de perda e (II) R\$ 4.858 mil refere-se à chance possível e remota de perda.



Processos Cíveis (Controladora)

Em 30 de junho de 2016, a Companhia era ré de ações de natureza cível, cujo valor em andamento é de R\$ 67.444 mil. Do total da contingência, estima a Administração da Sociedade que (i) R\$ 49.340 mil, refere-se à chance de perda provável e (ii) R\$ 18.104 mil refere-se à chance possível e remota de perda.

Processos Fiscais (Controladora)

Em 30 de junho de 2016, a Companhia figurava como ré em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 2.018.762 mil. Do valor total da contingência fiscal, (i) R\$ 716.124 mil refere-se à chance provável de perda, em diversas ações; (ii) R\$ 191.525 mil refere-se à chance possível de perda em diversas ações e (iii) R\$ 1.111.113 mil refere-se a contingências avaliadas em perdas remotas.

19. PASSIVO A DESCOBERTO (CONTROLADORA)

19.1 Capital social realizado

Em 30 de junho de 2016, a Companhia apresenta capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 208.714 mil (duzentos e oito mil, setecentos e quatorze), equivalente a 67.691.629 (sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e um mil, seiscentos e vinte e nove) ações ordinárias sem valor nominal.

19.2 Reserva de capital

Em 30 de junho de 2016 e de 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 19.752 mil refere-se a incentivos fiscais de R\$ 14.821 mil, Reserva especial – Lei nº 8.200/91 de R\$ 4.925 mil e doações de R\$ 6 mil.



19.3 Ações em tesouraria

Em 2015 a Companhia realizou a conversão de ações preferenciais para ordinárias, conforme compromisso assumido em 07 de novembro de 2012 na Assembléia Geral. Nesse sentido as ações em tesouraria passaram somente para ordinárias num total de 6.644, pelo preço correspondente ao valor patrimonial de 31 de março de 2003 (R\$ 1,685 por ação), cujo montante foi de R\$ 224 mil, devidamente autorizado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de abril de 2003. Em decorrência da baixa liquidez, essas ações podem não apresentar valor de mercado. A aquisição visa à possível permanência em tesouraria ou seu cancelamento.

20. RESULTADO BRUTO

Controladora		Controladora		Consolidado	
Descrição	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015	
Receita Bruta de Venda					
Gasolina A	429.980	334.528	429.980	334.528	
Álcool Hidratado	-	-	308	178	
Serviços de Industrialização	5.764		5.764		
	435.744	334.528	436.052	334.706	
Deduções					
(-) Impostos incidentes de vendas	(238.728)	(162.701)	(238.840)	(162.759)	
Receita líquida de vendas	197.016	171.827	197.212	171.947	
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(250.200)	(185.476)	(250.397)	(185.589)	
Resultado Bruto	(53.184)	(13.649)	(53.185)	(13.642)	



21. <u>DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS</u>

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Recursos Humanos Serviços Prestados Pessoa Jurídica (nota	(4.113)	(3.519)	(4.236)	(3.613)
21.1)	(12.000)	(7.271)	(12.768)	(7.445)
Materiais de Consumo	(7.415)	(556)	(7.415)	(560)
Consumo de Utilidades (i)	(683)	(469)	(735)	(500)
Depreciação e Amortização (nota 13)	(4.589)	(4.441)	(4.591)	(4.443)
Fretes e Carretos	(12.472)	(14.103)	(12.492)	(14.110)
Impostos e Taxas (nota 21.2)	(8.044)	(4.301)	(8.089)	(4.339)
Multas p/ Auto Infração	(17)	(606)	(46)	(606)
Outras Despesas	(6.252)	(148)	(6.598)	(184)
	(55.585)	(35.414)	(56.970)	(35.800)

(i) Representado pelas despesas com Energia Elétrica e Água;

21.1. SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURIDICA

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Serviços de Armazenagem Serv.de Consultoria Informática e	(5.500)	(3.817)	(5.500)	(3.817)
Auditoria	(1.220)	(1.234)	(1.251)	(1.253)
Serviços Técnicos	(1.134)	(304)	(1.134)	(304)
Serviços de Manutenção e Consertos	(113)	(144)	(113)	(144)
Honorários Advocatícios	(3.396)	(1.490)	(4.055)	(1.619)
Outros	(637)	(282)	(715)	(308)
	(12.000)	(7.271)	(12.768)	(7.445)



21.2. <u>IMPOSTOS E TAXAS</u>

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Impostos e taxas diversas	(1.222)	(320)	(1.242)	(332)
Taxa AFRMM	(1.280)	(3.874)	(1.280)	(3.874)
Taxa Siscomex	(7)	(11)	(7)	(11)
Multas e Taxas c/ Importação	(1.628)	(91)	(1.628)	(91)
Outros	(3.907)	(5)	(3.932)	(31)
	(8.044)	(4.301)	(8.089)	(4.339)

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Receitas financeiras				
Descontos recebidos	70	2.449	70	2.449
Aplicação Financeira	23	-	23	-
Variações cambiais ativas	5.560	1.327	5.560	1.327
Juros ativos	14		14	<u> </u>
	5.667	3.776	5.667	3.776
	Contro	ladora	Consolidado	
Descrição	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(14)	(6)	(15)	(7)
Variações monetárias passivas	-	(6.361)	(24)	(6.365)
Variações cambiais passivas	(365)	(1.355)	(365)	(1.355)
Descontos condicionais (ii)	-	(36.758)	-	(36.758)
Juros passivos (i)	(612)	(313)	(722)	(1.067)
Outros	(37)		(37)	
	(1.028)	(44.793)	(1.163)	(45.552)
Resultado financeiro líquido	4.639	(41.017)	4.504	(41.776)

⁽i) Refere-se a juros dos empréstimos e fornecedores.



(ii) Refere-se a desconto condicionado ao pagamento na data de vencimento, em decorrência da política de preços adotada sobre a venda da gasolina, sendo que seu preço de realização foi efetivado semelhante ao da Petrobrás.

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Contro	Controladora		Consolidado	
Descrição	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015	
Outras Receitas Operacionais					
Receitas com Precatório	9.800	2.800	9.800	2.800	
Reversão de dívida	-	-	-	-	
Outros	130	40	630	520	
	9.930	2.840	10.430	3.320	
	Contro	ladora	Consc	olidado	
Descrição	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015	
Outras Despesas Operacionais					
Diversos	-	-	(136)	-	
Perda de Estoque	(610)	_	(610)	(640)	
	(610)		(746)	(640)	
	9.320	2.840	9.684	2.680	

24. HONORÁRIOS DA DIRETORIA

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Honorários da Diretoria	90	82	90	82
	90	82	90	82

De acordo com a lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembléia Geral fixar a remuneração global anual dos administradores.



(a)Licenca de Operação

Em 12 de agosto de 2011 a "Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA", no uso de suas atribuições concede licença de operação e recuperação, que teve sua validade prorrogada automaticamente, na forma do art. 28 do Decreto Estadual 44.280/2014, para realizar as atividades de tratamento de Nafta, fabricação de gasolina, solventes especiais, GLP, querosene, diesel, Óleo Combustível, oriundos da condensação de petróleo e nafta e recuperação ambiental da área impactada com passivo decorrente da contaminação do solo e águas subterrâneas.

26. CERTIFICAÇÕES

(a) Certificação NBR ISO 14001

Em 06 de Outubro de 2011 a **REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A.** foi auditada pela Bureau Veritas Certification- Brasil e o seu Sistema de Gestão Ambiental foi recomendado para a certificação de acordo com os requisitos da NBR ISO 14001:2004, abrangendo o seguinte escopo: "Refino de Petróleo, comercialização de gasolina A, solventes especiais e outros combustíveis, estocagem de granéis líquidos e recebimento de petróleo e seus derivados por duto, via terminal marítimo".

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

VISÃO GERAL

A Companhia possui exposição para o risco de crédito resultante de instrumentos financeiros.

RISCOS DE CRÉDITO

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo:



Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das Informações Trimestrais foi:

	Controladora Valor contábil		Consoli Valor co	
Descrição	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	173	648
Contas a receber de clientes	52.477	49.835	52.637	50.509
	52.478	49.836	52.810	51.157

Contas a receber

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito.

A exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber na data do relatório foi de R\$ 52.477 e R\$ 52.637 controladora e consolidado, respectivamente, (R\$ 49.835 e R\$ 50.509 controladora e consolidado, respectivamente, 30 de junho de 2015), representada por clientes privados.

Perdas por redução no valor recuperável

A Companhia acredita que os montantes que não sofreram perda por redução no valor recuperável e que estão vencidos ainda são cobráveis, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises extensivas dos níveis de crédito de clientes subjacentes, quando disponível.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 1 em 30 de junho de 2016 e R\$ 1 em 30 de junho de 2015, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos.



• Valor de mercado de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis de disponibilidades (caixa e bancos), contas a receber de clientes e passivos circulantes e não circulantes correspondem ao valor de mercado em razão de o vencimento ocorrer em data próxima a do balanço.

• Outros tipos de instrumentos financeiros

A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 30 de junho de 2016, tampouco, realizou operação com derivativos financeiros no trimestre findo em 30 de junho de 2016.

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não é de nosso conhecimento qualquer evento, subsequente à data do encerramento do exercício até a presente data, que possa afetar a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado do período, impedindo a continuidade normal das atividades da Companhia.

* * *